



**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2021 DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º, DO ARTIGO 8º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2022, ÀS 10H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Bom dia, senhoras Deputadas, bom dia, senhores Deputados.

Havendo quórum regimental com a presença do Deputado Marcos Vieira, da Deputada Luciane Carminatti, do Deputado Bruno Souza, do Deputado Fernando Krelling, do Deputado Sargento Lima e do Deputado Silvio Dreveck, declaro aberta a reunião da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa.

A nossa reunião de hoje será dividida em duas partes. Primeiro nós teremos a audiência pública para a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2021 do Estado de Santa Catarina, por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, estando presentes o Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli; a senhora Michele Patrícia Roncalio, Secretária Adjunta de Estado da Fazenda; e o senhor Jefferson Fernando Grande, diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, aos quais desejamos as boas-vindas. Então teremos uns cinquenta minutos para a apresentação e, em seguida, vamos para a reunião ordinária, que é deliberativa.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Tributação e também receberam cópia da ata da 1ª Reunião Conjunta da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, ambas da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

Em discussão as atas.

(Pausa.)

Não havendo quem as queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Recebemos ofício do eminente Deputado Coronel Mocellin comunicando sua ausência no dia de hoje.

Feito o registro, de imediato passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bom dia, senhores Deputados, senhor Presidente da Comissão, senhoras Deputadas, ouvintes da TV Alesc e demais catarinenses.



Eu estou acompanhado aqui do diretor Jefferson, que é o diretor de Contabilidade e Informações Fiscais, e da Secretária Adjunta Michele Roncalio. Nós vamos fazer a apresentação protocolar das contas do 4º trimestre do ano passado, que somando os três quadrimestres dá o fechamento do ano.

Todas as contas do Estado estão publicadas no Diário Oficial do Estado e são encaminhadas nos prazos regulamentares para a Assembleia Legislativa, a fim de que ela faça a auditoria e receba os quadros comparativos para as perguntas.

Hoje teremos apenas uma apresentação da demonstração dos quadros legais que será feita pelo Jefferson, nós vamos fazendo interrupções quando necessárias, e depois nós vamos abrir para as perguntas para que os senhores possam tirar as dúvidas.

Bom, este é o quarto ano de gestão da Secretaria da Fazenda, no caso eu como Secretário, a Michele como Adjunta – a Michele foi diretora do Tesouro em 2018. Quando nós chegamos na Secretaria da Fazenda, uma Secretaria desarrumada, uma Secretaria com uma série de problemas de gestão, encontramos as contas do Estado num estado lastimável. Então, a partir de 2018 nós fixamos uma série de diretrizes, metas fiscais, planejamento econômico-financeiro e estamos em processo de saneamento financeiro – hoje os senhores verão que nós ainda não chegamos ao nível de 2010 das contas do Estado, quando a folha estava em 41,81%.

Eu vou deixar o Jefferson fazer a apresentação e ao longo nós vamos interromper para dar algumas explicações sobre algumas contas que são importantes para o futuro de Santa Catarina.

Nós temos que evoluir na questão do *deficit* da Previdência, que pelas nossas contas só será resolvido com o crescimento econômico do Estado de Santa Catarina, com geração de empregos, e por isso nós insistimos muito no quesito de aceleração dos investimentos, para que as atividades econômicas tenham um ambiente favorável a negócios e possam gerar mais empregos e, conseqüentemente, o Estado tenha mais arrecadação.

Com a palavra o Jefferson Fernando Grande, diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Bom dia a todos, senhoras Deputadas e senhores Deputados, e todos que nos acompanham.

Nós vamos fazer a apresentação dos resultados fiscais e orçamentários do ano de 2021, considerando que são os últimos períodos e que envolvem o 3º quadrimestre de 2021.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Os dados aqui apresentados são baseados em dois relatórios, no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que é um relatório bimestral, portanto aqui nós apresentamos os dados do 6º bimestre, que também acabam consolidando os dados do exercício todo, assim como o Relatório de Gestão Fiscal, que é um relatório quadrimestral e nós apresentamos aqui os dados do 3º quadrimestre, que é o último quadrimestre e, portanto, já do ano completo.

Esses relatórios, conforme já comentado pelo Secretário Paulo Eli, são devidamente publicados no Diário Oficial, e eles já foram publicados lá no dia 28 de janeiro. Estão disponíveis também no *site* da Secretaria da Fazenda, no Portal Transparência, e também já foram enviados para esta Casa por meio desta Comissão. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Nós iniciamos, como sempre, pelo resultado orçamentário. Aqui nós temos *(aponta para a tela)* o resultado orçamentário do ano passado, que é obtido sempre comparando a expectativa de receita, que é a receita prevista, versus receita arrecadada e a despesa fixada versus aquilo que foi realizado. Então nós fechamos o ano de 2021



com um *superavit* orçamentário de R\$ 414 milhões. Se nós fôssemos considerar apenas os recursos arrecadados no exercício, nós teríamos tido um *superavit* de R\$ 2,89 bilhões, e nós tivemos R\$ 2,45 bilhões de despesas nesse ano executadas com recursos do ano anterior, o que, do ponto de vista orçamentário, chamamos de *superavit*.

Esse *superavit* é em grande parte ocasionado pelo desempenho da receita. Nós tivemos uma Receita Líquida arrecadada em 2021 de R\$ 34,16 bilhões, desse total, 65,7% correspondem à arrecadação de impostos estaduais – é importante lembrar que nesse ano de 2021 nós não tivemos mais os auxílios do governo federal em relação à Covid, que só se deram no ano de 2020. Nós tivemos R\$ 8,52 bilhões transferidos aos Municípios, em grande parte com o repasse dos 25% do ICMS e mais os 50% do IPVA, e tivemos R\$ 5,11 bilhões transferidos ao Fundeb – 20% dos impostos e das transferências de impostos que o Estado recebe ele transfere ao Fundeb. Depois, na sequência, nós vamos ver que o recurso que nós recebemos de volta é inferior àquilo que a gente transfere.

Ali temos um gráfico (*aponta para a imagem*) que demonstra os últimos três anos: 2019, 2020 e 2021. A barra verde é a arrecadação de impostos, demonstrando que a maior parte do que nós arrecadamos vem realmente dos impostos estaduais.

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um conceito de receita trazido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então ela não considera aqui outras receitas, como receitas de operação de crédito ou alienação de bens, é só receita corrente realmente, com algumas deduções. Esse conceito é o que serve de base para a apuração dos limites trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então nós fechamos 2021 com R\$ 31,05 bilhões de Receita Corrente Líquida. Ela é feita sempre considerando os últimos doze meses e vai somando mês a mês, e quando a gente analisa a RCL mensal, que o gráfico vai trazendo ali o comportamento mês a mês, é bom lembrar que até o mês de novembro, basicamente, nós ainda tínhamos influência do que foi arrecadado de recursos federais, o auxílio financeiro que nós tivemos em 2020, porque sempre vai pegando o mês atual mais os onze meses anteriores. Então, quando a gente olha a RCL, por exemplo, de maio de 2021, ela está pegando alguns meses de 2020. Por isso a gente destaca que, se a gente olhar o que ela interferiu em 2021, nós tivemos R\$ 1,5 bilhão de auxílio financeiro. Em 2020 a RCL foi de R\$ 26,86 bilhões, quando tivemos o auxílio financeiro da União em sua totalidade, e em 2019 de R\$ 25,09 bilhões.

Aqui a Receita Líquida Disponível (*aponta para a imagem*), que é um outro conceito, parecido até com a Receita Corrente Líquida, mas que basicamente considera aquilo que é Fonte 100, ou seja, aquilo que é fonte do Tesouro mesmo e que é usada como base para a repartição dos duodécimos, quando fazemos o cálculo do que vai se destinar a esta Casa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e assim por diante. Então, a Receita Líquida Disponível em 2021 fechou em R\$ 22,32 bilhões, e com base nela foram repassados aos Poderes R\$ 4,92 bilhões. Ali (*aponta para a imagem*) nós temos os valores por Poder: Alesc, TJ, Ministério Público, Tribunal de Contas e temos uma parte destinada à Udesc e também ao Fundo dos Hospitais Filantrópicos. Ali vocês têm a comparação entre os exercícios de 2021 e 2020. Obviamente que como a Receita Líquida Disponível foi maior, nós tivemos em todos os anos um aumento no repasse em relação ao ano anterior.

Então aqui um detalhamento para fechar a questão da receita. Nós tivemos a receita bruta arrecadada de R\$ 47,8 bilhões – os senhores sabem que o Estado não fica com toda a receita arrecadada, nós temos transferências aos Municípios, como eu já citei antes, especialmente em relação à repartição do ICMS e do IPVA. Então as transferências aos Municípios ficaram na casa de R\$ 8,5 bilhões; as transferências ao



Fundeb R\$ 5,12 bilhões, também conforme eu já expliquei antes; e temos outras deduções, como restituições aos contribuintes, regularizações e outras situações, R\$ 34 milhões, resultando em uma Receita Líquida, como eu já tinha comentado antes, de R\$ 34 bilhões.

Aqui o comparativo dos três indicadores que eu comentei antes. Então nós tivemos uma Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 31 bilhões, que é usada como base para o cálculo dos limites trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; nós tivemos uma Receita Resultante de Impostos (RRI), que é diferente da RCL, porque a RCL considera qualquer receita corrente e a Receita Resultante de Impostos só considera os impostos, não entram aqui as taxas e outras receitas arrecadadas, de R\$ 27,44 bilhões, e é esse número que é tomado como base para o cálculo dos mínimos constitucionais, por exemplo de gastos com educação e gastos com saúde; e a Receita Líquida Disponível (RLD), que foi mostrada no *slide* anterior, de R\$ 22,32 bilhões, que basicamente considera a Receita arrecadada pelo Tesouro e que serve como base para o envio dos duodécimos a esta Casa e aos demais Poderes e órgãos autônomos.

Entrando já no comportamento da despesa, nós temos ali (*aponta para a imagem*) todas as informações, desde aquilo que foi colocado no Orçamento. Então o Estado iniciou o ano com uma dotação inicial de R\$ 31,75 bilhões – essa dotação inicial é aquela que os senhores aprovam na Lei Orçamentária Anual; durante o ano nós tivemos R\$ 7,64 bilhões de créditos adicionais, que são despesas incorporadas ao Orçamento, seja por excesso de arrecadação, seja pela criação de novas despesas, conforme já também previsto e autorizado na LOA, que resulta numa dotação atualizada de R\$ 39,39 bilhões. Desse total, nós tivemos R\$ 33,75 bilhões empenhados, que é aquilo que é comprometido, aquilo que é contratado, e R\$ 32,36 bilhões liquidados – despesa liquidada é aquela que, de fato, já houve a entrega do produto, a prestação de serviço, a nota fiscal já foi emitida e assim por diante.

Ali no gráfico de cima vocês ainda têm essa divisão das despesas executadas por grupos de natureza de despesa. Esses são grupos de classificação orçamentária, mas que basicamente já vão nos mostrando do que se trata aquela despesa. Então, a maior despesa executada em 2021 se refere às despesas com pessoal e encargos sociais – folha de pagamento, inativos, encargos patronais –, seguida depois da manutenção dos serviços públicos, que é aquilo que normalmente nós chamamos de outras despesas correntes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Nós tivemos a amortização de dívida pública no ano passado de 1,507 e nós pagamos 832 só de juros e encargos da dívida pública. Só para chamar a atenção a esses dois itens que são importantes, porque são empréstimos contraídos que o Estado precisa honrar. Isso é importante, porque compromete, como o *deficit* da Previdência, a dívida pública compromete as finanças públicas de todos os entes da Federação, e hoje a União está comprometida com a sua dívida pública também. Então esse é um fator que o Estado de Santa Catarina olha com bastante cuidado.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Complementando ainda, Secretário, a gente vê um aumento considerável ali na amortização da dívida e nos juros também, porque em 2020 nós tivemos a suspensão da dívida em função da Lei 173, em função da Covid, e essas dívidas voltaram a ser pagas agora no exercício de 2021. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Aqui (*aponta para a imagem*) uma informação em relação à disponibilidade de caixa, aos recursos que o Estado finalizou o ano em caixa versus aquilo que já está comprometido. Então nós fechamos o ano de 2021 com R\$ 530 milhões em caixa na Fonte 100, aquilo que é recurso do Tesouro. Temos a comparação dos últimos quatro



anos (*mostra imagem*), então partimos de 2018, quando fechamos o exercício com R\$ 617 milhões de *deficit* no caixa do Tesouro; depois R\$ 510 milhões de *deficit* em 2019; para 2020 fechamos com R\$ 856 milhões – claro, também em função de algumas suspensões de dívidas e outras situações -; e 2021 encerramos com R\$ 530 milhões de caixa líquido no Tesouro, considerando aqui já a dedução de restos a pagar, aquelas obrigações que já estão devidamente escrituradas, e considerando ainda recursos que já sobraram de outros exercícios, aquilo que a gente chama de Fonte 300, nós tivemos mais R\$ 348 milhões, que basicamente quase iguala, chegando aos oitocentos e poucos milhões que já tínhamos no ano anterior.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – E aqui tem destaque nesses R\$ 856 milhões, que foi o primeiro exercício que a gente teve efetivamente apuração do *superavit* financeiro, e é esse *superavit* financeiro que nos possibilita abrir o crédito adicional por essa rubrica e foi desses R\$ 856 milhões que apuramos no final de 2020, Deputado, que a gente conseguiu fazer aquele aporte de recursos para as rodovias federais e outras demandas, é claro.

E esses R\$ 348 milhões que ficaram da Fonte 300, ou seja, que são advindos ainda de 2020 e que foram comprometidos com as rodovias federais, é exatamente o valor que não foi utilizado pelo governo federal nas medições, não foram comprovadas as medições e estão reservadas então para continuar o cumprimento daquele compromisso do aporte de recursos das rodovias federais. E daí, sim, as medições começaram efetivamente mais no final do ano, não é, Secretário Paulo, e estão se estendendo e se efetivando no começo deste ano, já comprometendo então os R\$ 348 milhões que ficaram efetivamente reservados. Certo? Então o recurso foi comprometido e está devidamente reservado para isso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só chamo a atenção que o Tesouro tem R\$ 5,628 bilhões em caixa em dezembro de 2021, tem um compromisso de pagamentos de empenhos, de restos a pagar e despesas comprometidas de R\$ 2,120, e tem uma disponibilidade de caixa de R\$ 3.508, dos quais a Fonte 100 representa oitocentos e poucos milhões. Então a diferença são as outras fontes que o Tesouro tem disponibilizado e que todos os órgãos possuem recursos dessas fontes, que são as fontes de *superavit* de exercícios anteriores, e as fontes próprias dos órgãos que basicamente são de taxas, plano de saúde, o Iprev, o SCPrev, tem todos os órgãos do Estado que possuem suas fontes próprias, e isso conta tudo no caixa único do Tesouro.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Inclusive, Secretário, recursos de convênios, operações de crédito e outros, que caso não sejam gastos terão que ser ressarcidos.

Então aqui (*mostra imagem*) nós já entramos em alguns indicadores e em análise de alguns limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e também da Constituição.

Em relação às despesas com pessoal, nós fechamos o exercício de 2021 com 43,14% de gastos com despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – esses percentuais sempre em relação à Receita Corrente Líquida. Nós partimos de 2018 com 48,76%, depois em 2019 com 45,75% e 2020 com 44,92%. Nós tivemos uma variação da despesa bruta com pessoal de 2021 para 2020, em relação a 2020, de 10,98%; a variação líquida de 11,05%; e só ressaltando que a RCL aumentou de 2021 para 2020 15,63%.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É importante, Deputada Carminatti, que nos 43% ali já está computado tudo o que nós pagamos da remuneração mínima garantida em 2021, os setecentos e poucos milhões de reais já estão nessa conta, que se repetirão este ano, né?



O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui (*mostra imagem*) a relação entre Receitas e Despesas Correntes, que é, digamos assim, um novo indicador, que até já existia para outras análises, mas não era um indicador constitucional e, agora, com a Emenda Constitucional 109, a sua apuração passa a ser exigida e passa também a trazer algumas sanções, digamos assim, aos Estados que não a cumprirem, que é a relação entre Receitas e Despesas Correntes, que às vezes também chamamos de Poupança Corrente.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Poupança corrente. Esse é um indicador que vem depois da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram feitas muitas leis depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, como a Emenda Constitucional 109, de 2021, que foi basicamente para forçar os Estados que estão inadimplentes, com dívidas com a União, que tenham sobra na conta de Despesa Corrente e Receita Corrente, porque a diferença tem que se fazer com inversões de capital, basicamente pagamento de dívidas e investimentos.

A meta gerencial da Secretaria da Fazenda para se chegar ao longo dos anos é termos uma relação entre Receita Corrente e Despesa Corrente de 75%, permitindo com que o Estado tenha recurso para pagar toda a sua dívida pública e tenha muitos recursos para investimentos. E isso vai fazer com que o Estado tenha recursos para pagar o *deficit* da Previdência. Essa é a fórmula que nós utilizamos gerencialmente todos os meses, ou seja, cada ato que a Secretaria da Fazenda assina, cada parecer que ela faz, leva em conta a trajetória. Então, nós temos uma trajetória de chegar nos 75% a relação Receita Corrente e Despesa Corrente.

Essa diferença de 25% vai ser utilizada basicamente para investimento público, em bens públicos, em rodovias, em hospitais, em escolas, e ainda sobra espaço para o Estado pagar a sua dívida pública, O *deficit* da Previdência está nos 75%, está limitado aos 75%, e, basicamente, essa diferença é bens de capital, é trocar dinheiro líquido do Tesouro por uma rodovia, que é um bem de capital também. Então nesse caso nós não estamos fazendo despesa, nós estamos fazendo investimento, ou trocar o dinheiro líquido em caixa do Tesouro por uma escola, por um hospital. É claro que existem despesas de manutenção, mas é função do Estado fazer a manutenção desses bens de capital depois.

Então essa é uma trajetória que a Secretaria está utilizando, só que nesta conta aqui entram todos os Poderes, não é só o Executivo.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – É bom frisar isso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É bom frisar isso. A despesa da Assembleia Legislativa, a despesa do Tribunal de Justiça, a despesa do Tribunal de Contas, a despesa da Defensoria Pública, a despesa do Ministério Público, todas entram nessa conta. Nós temos Estados que não conseguem sair desse círculo vicioso e pela emenda constitucional, quando chegar nos 95%, simplesmente você congela tudo, até sair do congelamento, vamos dizer assim.

Então essa é uma questão gerencial importante para a Secretaria da Fazenda, nós analisamos as trajetórias, como nós analisamos a trajetória da despesa de pessoal, vocês viram que nós estamos no decrescente. Quando eu e a Michele pegamos estava em 49,76%, nós estamos com 43%, mas nós não chegamos ainda nos 41,81% de 2010. Quando eu era Secretário da Administração nós deixamos com 41,81%, não chegamos nesse nível ainda.

E é importante, porque as despesas com saúde, os 12% para a saúde e os 25% para a educação, são líquidos, não entra despesa com inativos, mas nessas despesas



estão também os investimentos em saúde e em educação. São contas importantes para as contas do Estado.

Obrigado.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – É bom frisar, e por isso que tem nota explicativa, que é uma emenda constitucional nova, de 2021, então é o primeiro ano que efetivamente é fechado dessa maneira. Embora a gente chame de poupança corrente, foi dado esse nome, existe uma outra conta de poupança corrente que já era acompanhada pelo Tesouro Nacional dentro da Capag, e a metodologia de cálculo é outra, são duas metodologias. Então não são números contraditórios, é que a metodologia de cálculo é outra. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

E ali, na verdade, o que se deve comparar é dezembro de 2020 com dezembro de 2021, porque no mês a mês, como está explicado ali embaixo (*aponta para a imagem*), a metodologia é pela despesa liquidada e não pela despesa empenhada, e quando se encerra o ano, assim como saúde e educação, que é publicado cada bimestre pela liquidada, no final do ano considera a empenhada, que também se considera no final do ano empenhada e durante os meses a liquidada. Por isso que não é uma curva ascendente, mas, no final do ano, tem uma metodologia diferenciada, uma base diferenciada do mês a mês.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Aqui teve uma “barriga” no gráfico porque nós pagamos, nos últimos quatro meses, a remuneração mínima garantida. Se nós tivéssemos começado a pagar a remuneração mínima desde fevereiro, o gráfico seria linear.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aplicação em saúde. Nós sabemos que nós temos um limite constitucional a cumprir de 12% da Receita de Impostos em aplicação com despesas de saúde e nós fechamos o exercício de 2021 com um percentual de 14,45% com gastos em saúde em relação aos impostos arrecadados...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Aqui é só Fonte 100, lembrando que nós temos outras fontes com gasto em saúde, assim como nós temos outras fontes com gasto em educação.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Então ali nós temos o limite... Na verdade nós tivemos um percentual menor em relação a 2020, o que é natural, porque foi o ano em que surgiu a pandemia, e ali embaixo (*aponta para o gráfico*) nós também temos, e é importante demonstrar, a evolução também de restos a pagar de exercícios anteriores que foram sendo quitados. Basicamente hoje o que a gente tem ainda em saldo são restos de 2020 alguma coisa e 2021 que agora ficou para este ano de 2022.

E ainda complementando o que o Secretário falou, além daquilo que é aplicado com recursos da Fonte 100, que são os recursos de impostos, transferências da União, nós tivemos quase R\$ 1 bilhão de aplicação com recursos de outras fontes como, por exemplo, recursos do SUS. Então tudo que é recebido do SUS não conta no mínimo constitucional.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – E esses restos a pagar de 2017 que estão como pendentes, não é por falta de recursos, mas uma apuração ainda sobre o efetivo pagamento. Tem um processo interno na Secretaria da Saúde apurando se o serviço deve ser efetivamente quitado ou não. Então isso está em tomada de contas sendo apurado, enquanto isso o resto está a pagar. Em princípio foi concluso agora em janeiro e já estão verificando qualquer coisa, mas é um processo que ficou pendente não por falta de recurso, mas, sim, por uma apuração de valores efetivados.



E o Jefferson comentou ali, na verdade o percentual é menor, mas é porque a receita cresceu, né? Então automaticamente o gasto efetivo com saúde foi maior em questão de valores e o percentual ficou muito semelhante, mas é porque a receita cresceu também. E nas demais fontes o valor de R\$ 994 milhões, como o Secretário falou.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui temos (*aponta para a imagem*), como sempre apresentamos, alguns números em relação às despesas com a Covid. Temos toda uma marcação orçamentária e contábil que permite identificarmos aquilo que o Estado vem gastando diretamente ou em função da pandemia.

Nós tivemos então R\$ 638,25 milhões aplicados em 2020 e este ano nós tivemos mais R\$ 1,03 bilhão de despesas executadas com essa marcação de despesas com enfrentamento à Covid. E vemos ali (*aponta para o gráfico*) que desse valor, apesar de nós termos recebido recursos do SUS, em 2020 a gente teve recursos também da União, mas em 2021 tivemos que 63,81% dos recursos aplicados são recursos do próprio Estado, do próprio Tesouro. E a outra parte considerável de 30,77% obviamente são os recursos que o Ministério da Saúde vem liberando e mais 5,41% de outras fontes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só lembrando, aqui na saúde ainda, que assim que a pandemia deixar de ser pandemia e virar epidemia, os gastos com Covid vão reduzindo e nós vamos aplicar em saúde a mesma verba em outros itens, em outras necessidades em saúde. Esse dinheiro vai ser usado basicamente para acelerar as cirurgias eletivas agora e toda a questão da política hospitalar. Então não são recursos que nós vamos economizar, na realidade vai ser trocado de Covid para as outras necessidades que ficaram represadas em função dela.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui a aplicação em educação (*aponta para o gráfico*). Nós sabemos que também temos um limite constitucional a cumprir de 25% das receitas de impostos, né? Então assim como a saúde, a gente só pode considerar aquilo que é gasto com Fonte 100 e também com o Fundeb, que são recursos destinados à educação. Então nós temos o limite constitucional de 25% e encerramos o ano de 2021 com um percentual alcançado de 27,4%. É importante ressaltar aqui que nesse percentual não estão considerados os gastos com inativos da educação, até porque a partir deste ano nós tivemos uma alteração constitucional que agora deixou expressa essa vedação. Antes havia uma discussão de entendimento, mas agora não há mais nem a possibilidade de se incluir. Então esses 27,40% já consideram apenas servidores ativos da educação, além obviamente das demais despesas realizadas.

Ali nós temos um desmembramento do valor empenhado, liquidado e pago, aquilo que foi com fontes do Tesouro, Fonte 100, aquilo que é fonte do Fundeb. E também vocês têm ali o resultado líquido do Fundeb, ou seja, mostra basicamente aquilo que eu comentei antes, a gente recebe um valor do Fundeb, mas repassa o valor da arrecadação para o Fundeb também e, no caso aqui do Estado, a gente tem um resultado negativo.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só chamando a atenção aqui nesse item, é muito importante essa questão. Quando foi feita na Constituição de 1988 a fixação em 25% em educação e 12% em saúde, a Secretária da Saúde pagava os seus inativos e a Secretária da Educação pagava os seus inativos. Ao longo desses anos todos, de 1988 até 2021, a Saúde foi a primeira a sair e os inativos não podem ser pagos com os recursos da vinculação constitucional e a Educação também. Só que não foi criada uma nova fonte de receita para o Tesouro pagar os inativos. Então essa é a grande questão das contas públicas nacionais, ou seja, cada aumento salarial que o Estado concede para qualquer uma dessas categorias o impacto



maior hoje é nos inativos, simplesmente porque todos estão vinculados com a paridade e a integralidade, e isso afeta as contas públicas de um modo geral.

Portanto, quando nós tratamos a diretriz e a trajetória em relação à poupança corrente, nós temos que fazer com que tenhamos novas fontes para financiar a conta de inativos. Essa é uma conta importante. Tudo que o Estado arrecada basicamente já é vinculado à despesa, então qualquer real que o Estado arrecada já tem a despesa pré-fixada em Constituição, e onde o Estado vai buscar recursos agora para pagar os inativos? Essa é uma questão importante e todos os Estados e a União estão se debatendo sobre esse tema.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Secretário, só ressaltando também, aquele quadro ali embaixo (*aponta para o gráfico*) mostra que o limite foi cumprido considerando tanto o valor empenhado, que é o que se utiliza, como o valor liquidado e pago. Então mesmo que eventualmente nesse valor empenhado que foi para restos a pagar alguma coisa tenha sido cancelada em 2022, ou seja, não tenha, de fato, se executado, só naquilo que já foi liquidado ou mesmo naquilo que foi pago o Estado já cumpriu os 25%.

Aqui alguns detalhamentos em relação ao Fundeb, como eu comentei antes. Nós tivemos uma alteração naquilo que também se chama de Novo Fundeb. A partir de 2021 o Estado, obrigatoriamente, tem que aplicar 70% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais, e nós tivemos uma aplicação em 2021 de 84,18%, ou seja, acima dos 70% exigidos. [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

E aqui aquela questão do resultado que eu comentei antes. Nós recebemos do Fundeb, em 2021, R\$ 3,1 bilhões. Esse valor é apurado levando como métrica o número de alunos, o tamanho da nossa rede estadual, só que nós enviamos, com base naquilo que é deduzido dos impostos arrecadados, R\$ 5 bilhões. Então a gente tem uma perda, na verdade, aquilo que a gente chama de perda do Fundeb de quase R\$ 2 bilhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Não é perda do Fundeb, porque é pelo número de alunos, então esse recurso automaticamente fica no Município, né?

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Sim.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – O detalhe aqui, como o Secretário chamou a atenção no começo da apresentação, Deputada Carminatti, do 84,18%... Na verdade a Emenda Constitucional 108 alterou para 70% o valor de aplicação do Fundeb para os profissionais da educação, antes era 60% até 2020. E com certeza a gente conseguiu 84,18% graças também à remuneração mínima que essa Casa ajudou a aprovar, a remuneração mínima dos professores, aplicando a grande maioria dos recursos do Fundeb exatamente na folha salarial dos professores, do Magistério em geral, educação em geral.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui (*aponta para o gráfico*) a questão das bolsas de estudo. Nós também temos uma aplicação mínima a cumprir, que é de 1,25%, e alcançamos nesse ano 1,31% de aplicação. Ali embaixo vocês têm qual seria o valor mínimo para aplicar, em 2021 era de R\$ 342 milhões, e o Estado empenhou R\$ 360 milhões – isso é com base no artigo 170, da Constituição Estadual.

Também temos outro indicador aqui, que é a aplicação em ciência e tecnologia com base no artigo 193, da Constituição Estadual: nós temos também um limite a aplicar de 2% sobre a receita e, em 2021, nós alcançamos 2,16% de aplicação. Novamente ali vocês têm um quadro com o valor mínimo a aplicar, que era em 2021 de R\$ 451 milhões, e o empenhado de R\$ 487 milhões.



Aqui (*aponta para o gráfico*) temos o resultado previdenciário. Temos ali a comparação dos últimos três anos da receita previdenciária versus a despesa previdenciária, então nós tivemos um *deficit* de R\$ 4,79 bilhões, R\$ 2,6 bilhões de receita e R\$ 7,45 bilhões de despesa, que nós consideramos cobertura da insuficiência financeira do RPPS que é suportada pelo Tesouro, e 1,24% foi a variação dessa cobertura em relação ao ano anterior.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Esse 1,24% seria um pouquinho maior se não tivesse tido a reforma. Vejam que estão ali embaixo (*aponta para a tabela*) os três meses: outubro, novembro e dezembro, e em outubro não tinha ainda a implantação da reforma da Previdência e a partir de meados de novembro, por causa do período que a lei trouxe, é que se implantou a reforma da Previdência. Vejam que na parte de 2021 a variação foi sendo da receita, aumentando mês a mês com a implantação da reforma da Previdência. Então 2021 ainda não dá para ver o todo, porque só foram os dois últimos meses, na verdade um mês e meio, quando se implantou a reforma. O impacto a gente vai ver melhor no fechamento desse quadrimestre que está em curso, quando comparar o quadrimestre atual, quando fechar, com o quadrimestre do ano passado que não tinha ainda a reforma.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui novamente alguns números em relação à despesa, ressaltando a aplicação na área de desenvolvimento social. Especialmente aqui nos cofinanciamentos tivemos um aumento considerável em 2020, até com base nos recursos recebidos da Lei 173, em que uma parcela tinha que, obrigatoriamente, ser aplicada em saúde e assistência social. Em 2021, mesmo sem a percepção desses recursos, o valor investido continuou do mesmo tamanho e ainda aumentando, inclusive. Então nós tivemos R\$ 14,46 milhões aplicados em 2018, depois R\$ 15 milhões em 2019, passamos para R\$ 53 milhões em 2020 e R\$ 60,73 milhões em 2021.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Essa é uma despesa que vai crescer bastante, porque o Estado fez um Orçamento mais social. Então nós estamos enviando a essa Casa a legislação da casa própria para as pessoas vulneráveis, que não têm condições de pagar um boleto, e nós temos a construção de CRAS e de Centros de Apoio ao Idoso, à Infância e ao Adolescência. Então a tendência é que essa despesa com o desenvolvimento social cresça bastante.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Seguindo, aqui também os gastos na área da segurança pública e na área da administração prisional. Nós também tivemos um aumento em relação ao ano de 2020, fechando em R\$ 3,9 bilhões em despesas executadas, sendo que desse total 73,9% são com recursos do Tesouro. Então, a mesma situação que a gente viu no *slide* anterior, um aumento dos recursos e com a grande maioria desses recursos vindo do próprio Tesouro do Estado. Apesar dessas áreas terem convênios, terem arrecadação de recursos federais e de outras esferas, grande parte dos gastos ainda são executados com recurso do próprio Tesouro.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Essa é uma despesa que também vai crescer bastante. Nós temos a ativação dos presídios agora e há necessidade da criação de cinco mil vagas em presídios. Temos a necessidade premente disso em função da superlotação dos presídios, então a manutenção dos presídios é uma despesa que tende a crescer bastante.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Investimentos. Como o Secretário comentou antes, essa questão de poupança corrente tem relação também em procurar um aumento nos investimentos. Então aqui tivemos, em 2021, R\$ 2,19 bilhões de investimentos, e ali temos a separação daquilo que é realizado com operações de



crédito, com convênios, que são recursos carimbados, que não são recursos, digamos assim, do próprio Estado, e o destaque para aquilo que foi com recursos que o próprio Estado arrecada. Quando falamos recursos próprios, quer dizer que é recurso que depende do próprio esforço de arrecadação do Estado. Então nós tivemos 89% desses gastos em 2021 com aquilo que a gente chama de recursos próprios, e no total investido, tivemos um aumento de 68% em relação ao ano anterior.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Essa é uma conta importante. Vai haver uma expansão dessa conta, assim como vai haver uma diminuição da poupança corrente. A relação de investimentos sobe e automaticamente a economia gira em função disso, porque quanto maior o investimento do Estado maior a geração de empregos na iniciativa privada, maior a geração de negócios na iniciativa privada, e isso escoo a produção, reduz custos de produção, reduz custos de logística e reduz custos de fazer negócios em Santa Catarina. Então, quanto maior o investimento, melhor os serviços públicos.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui (*aponta para a imagem*) algumas informações relativas à Capacidade de Pagamento do Estado, a Capag. Basicamente é uma avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional que leva em conta três grandes indicadores: o nosso grau de endividamento, o grau de poupança corrente, que é justamente essa relação entre receita corrente e despesa corrente. como a Secretária Adjunta já comentou antes – não é o mesmo cálculo, não é exatamente da mesma forma aquela que foi trazida agora pela Constituição Federal, mas é parecida –, e também o índice de liquidez do Estado, que tem a ver...

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Basicamente a poupança corrente, a principal... Ah, por que de 86 para 90? A metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional considera o repasse aos Municípios, que é a parte que pertence aos Municípios, dos 25% do ICMS, 50% de IPVA, por exemplo, considera como se despesa fosse. E eu não sei se o Município vai aplicar em investimento ou em corrente, mas ela considera como se despesa corrente fosse. Essa é a principal diferença das duas metodologias.

Essa aqui é uma fórmula, uma resolução específica da Secretaria do Tesouro Nacional, mas é a que dá a nota em relação à Capag de captação de empréstimo, com ou sem aval da União. Então desde 2020 a gente reconquistou o aval da União e o item realmente mais impactante era até então a poupança corrente, que a gente reduziu bastante, mas o endividamento também, um destaque para o endividamento que também foi bem reduzido. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Nós temos um pleito no Tesouro Nacional para unificar a metodologia de cálculo da poupança corrente para que seja utilizada a Emenda Constitucional 109.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Então os dados são sempre calculados, apurados com base no exercício, mas a divulgação se dá no exercício seguinte.

Em 2021 nós alcançamos a nota B com base no desempenho de 2020 e a gente já tem a apuração dos indicadores de 2021, que serão analisados pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas os indicativos já são de que o Estado irá novamente repetir a letra B.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Novidade aqui, senhores, é que a gente alcançou a nota B e, com certeza, neste ano em curso, com os investimentos e tudo mais, porque é uma média... a diferença é que é uma média trienal, não é uma média de doze meses, ou seja, não é só a



do ano, como a anterior. Aqui é uma média trienal, então a poupança corrente dos anos 2019, 2020 e 2021 é considerada para essa que vai ser divulgada em 2022.

Daí a Secretaria do Tesouro Nacional está mudando a metodologia e está dizendo que a partir do próximo ano, para ser nota A, tem que ser abaixo de noventa, mas ele mudou a metodologia. A partir deste ano, para ser nota A, vai ter que ser abaixo de 85, ou seja, quando a gente está chegando lá no A, a metodologia muda novamente, mas é pela nova resolução da STN que está sendo publicada agora. E como eu falei aqui também, é uma média trienal e os anos anteriores impactam na média.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Aqui (*aponta para a imagem*) estão os indicadores, que têm relação com o endividamento e com as operações de crédito, que são previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então nós podemos ter uma dívida líquida de até 200% da nossa Receita Corrente Líquida e nós fechamos o exercício com esse limite em 53,10%, ou seja, bem abaixo. Esse percentual diminuiu em relação a 2020 justamente porque nós encerramos 2020 com uma dívida, que não era exatamente a verdadeira, porque a gente suspendeu, em função da Lei 173, o pagamento de algumas dívidas.

Em relação às operações de crédito tomadas no exercício, a gente tem um limite de até 16% da Receita Corrente Líquida e nós fechamos o exercício de 2022 com 0%, porque não foram tomadas operações de crédito. E a concessão de garantias, nós podemos conceder garantias em até 22% da Receita Corrente Líquida, e nós encerramos também dentro do limite, com 5.42%.

Aqui temos informações (*aponta para a imagem*) relativas ao Programa de Ajuste Fiscal (PAF), que é um programa que o Estado aderiu em função de renegociação de dívidas também. Nós temos algumas metas a cumprir, são seis metas, na verdade cinco apenas são de cunho financeiro, são aquelas que a gente tem que cumprir alguns indicadores, alguns limites. E nós tivemos também em 2021 o cumprimento de todas as metas.

Do mesmo modo que a Capag, a gente só vai ter o resultado, a medição da STN no decorrer do ano, mas pelos resultados que a gente já tem, que já apurou, a gente sabe que tivemos o cumprimento de todas as metas, tanto endividamento, resultado primário, despesa com pessoal, arrecadação própria e disponibilidade de caixa.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Ali não é erro não, tá? (*Refere-se à ausência da Meta 5 no slide.*) A Meta 5 é a meta qualitativa e não quantitativa, por isso não é mensurada dessa maneira, é avaliada pela STN no relatório.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Só lembrando que é o Estado que coloca, que analisa e que projeta essas metas, mas é a STN que as valida. Então, caso o Estado colocasse alguma meta que não fosse próxima da realidade, a própria Secretaria do Tesouro Nacional não acataria.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – E a meta mais importante aqui é o resultado primário, né? Resultado primário de R\$ 3,645 bilhões, essa é a meta mais importante, porque ela é uma diferença entre capital e corrente.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Resultado primário e nominal, justamente o que o Secretário destacou agora. Nós tivemos um resultado primário de R\$ 3,65 bilhões, que basicamente é o que sobra da arrecadação primária, da arrecadação corrente versus gastos primários, aquilo que sobraria, digamos assim, para pagamento da dívida pública. E o resultado nominal de R\$ 1,7 bilhão. Então nós também cumprimos as metas que foram colocadas – lembrando sempre que no resultado primário e no resultado nominal as metas estão indicadas na Lei de Diretrizes



Orçamentárias, e depois, com base na execução orçamentária, é que vai se fazer a análise do cumprimento ou não das metas.

Então nós tivemos R\$ 32 bilhões de receitas primárias e R\$ 28 bilhões de despesas primárias. Basicamente, não entram aqui Receitas de Operação de Crédito, que inclusive a gente não teve em 2021, e também não entram aqui as despesas com o pagamento da dívida.

Era isso o que tínhamos a apresentar. Agradecemos a atenção de todos e devolvo a palavra ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras Deputadas, senhores Deputados, findada a apresentação por parte do senhor Secretário da Fazenda Paulo Eli, da senhora Secretária Adjunta Michele Roncalio e do senhor Jefferson, vamos abrir a palavra ao debate.

A palavra está aberta às senhoras Deputadas e aos senhores Deputados para os devidos questionamentos.

(Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Eu queria dar a vez para a minha colega, Deputada Carminatti. Como ela é muito experiente, ela sempre espera que eu fale primeiro para então falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência está com a palavra, Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Senhor Jefferson, antes de eu fazer as minhas colocações, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta: qual percentual da Receita própria do Estado é advinda do ICMS?

(Pausa.)

(O senhor Jefferson Fernando Grande procura a informação no relatório que foi apresentado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Enquanto aguardamos, vamos à participação da Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu quero cumprimentar o Secretário Paulo Eli, a Secretária Adjunta Michele e também o Jefferson, que fez toda a apresentação aqui, assim como os meus colegas Deputados e as minhas colegas Deputadas.

Eu acho que os números estão bem colocados no sentido de que dão uma dimensão do quanto a arrecadação deste Estado cresceu e do quanto se tem controle, digamos assim, sobre as finanças públicas. Mas eu quero fazer algumas observações, Secretário, para as quais gostaria da sua resposta.

Primeiro, é uma boa política, necessária e urgente, a política de habitação. O Estado, felizmente, criou um Fundo Estadual de Habitação, que nós aprovamos aqui, no ano passado, essa criação. Eu gostaria de saber qual é a previsão que ele tem, olhando para o que foi investido no ano passado, para saber se ele, de fato, se constitui como um fundo permanente de habitação. E como é que a gente dialoga sobre os critérios de acesso à habitação popular no âmbito dos Municípios, porque o programa, se não me falha a memória, exige área pública e a infraestrutura por parte do Prefeito, né? Então, queria mais informações com relação a isso.

Com relação às cirurgias eletivas, ainda no ano passado houve um diálogo com os Deputados nas diferentes Bancadas para que os recursos, por conta do crescimento



do Orçamento, fossem para o Programa de Cirurgias Eletivas. O fato é que o último dado que me chegou é de quase 140 mil pessoas aguardando na fila da cirurgia eletiva. Nós estamos num certo desespero, porque isso não está andando no âmbito de cada região. Eu sei que o Secretário da Saúde está fazendo conversas regionalmente com os Secretários, com os hospitais, mas nós temos um problema aqui.

Permita-me, Paulo Eli, porque eu não estou ficando só nos dados do ano passado, mas eu estou usando esses dados, essas informações para dizer qual é o momento que estamos vivendo agora. Então essa é uma questão: quando vamos ter, efetivamente, esse programa andando para conseguirmos dar respostas em cada região? [Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

Temos um outro problema: por conta da aposentadoria dos servidores que não têm direito à paridade, dos servidores sem paridade nos diferentes Poderes e órgãos, eles não estão tendo – e nos últimos anos, pois isso já vem do governo Colombo – neste atual governo sequer o reajuste inflacionário. Então nós temos uma parcela de servidores públicos que não teve aumento e não teve a inflação conforme a lei prevê. Eu quero saber se há alguma tratativa no governo com relação a isso.

Por último, em relação à educação eu posso dizer que é visível – e eu acompanho muito essa área e percebo – o aumento do volume de recursos na educação, mas nós temos duas expectativas em relação ao financiamento da educação. Primeiro, é que nós ainda temos que melhorar a carreira, ela continua como uma pauta permanente. Se nós considerarmos os 33,23% que o governo federal anunciou, jogou essa batata quente para os Governadores e para os Prefeitos, a pergunta é: este ano como ficam os 33,23%.

E a segunda questão, que não é com vossa excelência, mas com a Educação, é que eu não consigo entender por que o governo vai na linha de municipalizar escolas se ele perde Fundeb, e cada vez mais vai perder, porque o Fundeb se dá pelo número de alunos na sua rede. Então, nós estamos transferindo mais recursos para os Municípios e abrindo mão de recursos estaduais, e aí é claro que nós vamos ter sempre o Fundeb menor. Então essa conta eu não consigo entender.

Aliás, se olharmos as nossas emendas parlamentares, Secretário – vossa excelência também não tem culpa, isso não é da Fazenda, é da Educação –, sabe quais as emendas que não saem? As que são da SED.

Por isso a leitura que nós, Deputados, estamos fazendo, é que deveremos colocar mais recursos em escolas municipais e esquecer as estaduais, porque das estaduais não sai nada. Esse é um problema que o governo tem e a gente precisa resolver.

Mas quero parabenizá-los pela apresentação, acho que ela está bem fidedigna e aponta os grandes desafios que nós temos neste momento e no futuro também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos conceder a palavra ao Secretário Paulo Eli e depois o senhor Jefferson vai responder ao Deputado Bruno.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deputada Carminatti, a senhora fez um rosário aqui, não é?

A política habitacional nós lançamos no ano passado e na hora da implementação tivemos um problema jurídico. Nós temos oito mil famílias que não têm condições de pagar boleto e em função da inadimplência da Cohab, vimos que não adiantava fazer financiamento para pagar R\$ 100,00, R\$ 200,00, porque as pessoas não iriam pagar. Então nós tivemos um problema jurídico em relação a fornecer as casas para morar de forma gratuita, em parceria com o Município – o Município compra o



terreno, faz a infraestrutura, o Estado dá R\$ 70 mil para cada casa, o Município compra e coloca uma família lá dentro. Só que faltou um regramento legal.

Eu acho que essa legislação com os critérios está vindo para cá esta semana, não é, Michele, para os senhores discutirem e validarem. Essa é uma questão.

Nós temos previstos para mil famílias este ano R\$ 70 milhões no Orçamento, já aprovado pelos senhores, mas o nosso levantamento é para atender oito mil famílias. Só que nós temos que ter uma regra, porque nós não podemos... as pessoas vão ficar morando numa casa que pertence ao Município e quando ela tiver renda suficiente ela sai e entra outra família. E isso tem que estar regrado.

Esse é um projeto no qual nós nos dedicamos muito, é um programa importante e os Municípios estão esperando essa definição legal. Aí nós temos a outra política em relação a financiamentos, de pessoas que podem pagar boletos. Essa é uma questão que nós temos que discutir e para isso foi criado o fundo, porque nós temos muitos trabalhadores que moram no Paraná e no Rio Grande do Sul, passam duas horas num ônibus para vir, duas horas para voltar, trabalham o dia inteiro e voltam para o seu Estado porque não têm lugar para morar aqui. Então esse é um problema que nós temos que resolver.

Cirurgia eletiva. Nós temos no Orçamento que os senhores aprovaram seiscentos e poucos milhões para a política hospitalar e a cirurgia eletiva é a contrapartida. Isso está em andamento, mas não na velocidade que nós gostaríamos, vamos dizer assim, em função do preço que os hospitais querem cobrar para fazer uma cirurgia. Então está essa discussão entre a Secretaria da Saúde e os hospitais conveniados para ver como vão fazer essa conta. Já está bem adiantada, mas o Estado já tem um grande projeto de cirurgias eletivas, só que em função da Covid ficou represado esse período todo. Então isso está sendo resolvido e eu espero que seja resolvido logo.

Servidores sem paridade e integralidade. Bom, esse é um tema que está comigo desde 2018. Em 2017 e em 2018 nós estávamos com a folha acima do limite legal, agora está em discussão, nós estamos fazendo as contas e nos próximos dias nós vamos ter uma definição de como vamos fazer. É uma conta importante, nós temos que pagar os atrasados e pagar daqui para frente. Então está em cálculo, está na nossa mesa esse trabalho já quase pronto.

O piso da educação nós já implementamos, deu R\$ 90 milhões os 33% e pouco, 34%, foi assinada a portaria, mas nós já adiantamos a remuneração mínima garantida aqui, foi um projeto importante que a gente...

(A senhora Deputada Luciane Carminatti manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

A senhora tem que reconhecer que a educação foi valorizada, não é?

(A senhora Deputada Luciane Carminatti manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Isso.

Na questão da escola municipal e da escola estadual, a senhora sabe muito bem que o Município é mais competente que o Estado para tocar uma escola. Então eu acredito que a municipalização deva ser ampliada em função de que o Município é mais competente, e a Constituição define que o Ensino Fundamental pertence ao Município e o Estado fica com o Ensino Médio. A grande questão aqui é o *deficit* da Previdência. Essa é a resposta que a senhora queria ouvir.

Mas, na realidade, por trás de toda essa municipalização nós estamos é cuidando do *deficit* da Previdência mesmo.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Secretário, então vamos ficar só com esse terceiro argumento, porque não é obrigatório



municipalizar. A Constituição e a LDB são bem claras, Ensino Fundamental é compartilhado entre estadual e municipal e nós não temos nenhuma pesquisa que diga que no Município dá mais certo. Temos boas escolas municipais e temos boas escolas estaduais.

Agora, quanto a esse terceiro argumento aí eu não questiono.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Jefferson, por gentileza.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Deputado, a arrecadação do ICMS, se considerarmos a arrecadação bruta, correspondeu em 2021 a 60,7%. Se considerarmos a arrecadação líquida, e no caso do ICMS isso impacta bastante, porque é o imposto mais arrecadado e que tem a distribuição, ele correspondeu a cerca de 50% da arrecadação líquida do Estado.

Ali no *slide* está 34,16 a Receita Líquida, o ICMS ficou em R\$ 17 bilhões, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Mas em relação à arrecadação própria, aos tributos estaduais, qual o percentual que corresponde ao ICMS?

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Hum... 17 de 20.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Então eu faço aqui uma sugestão, Jefferson...

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – São 86%.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – São 86%.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Aumentou então, 86%.

Eu faço primeiro uma sugestão à Secretaria: primeiro que nos mandem esse material, conforme combinado, e depois incluam um *slide* com a relação dos impostos e o percentual arrecadado dos impostos estaduais, de cada um dos impostos estaduais. E sabe por que eu estou falando isso? E eu realmente peço que vocês façam, pois em outras ocasiões eu dei sugestões e vocês acolheram, então eu faço essa sugestão, porque fica visível para o Deputado que participa da reunião, para que ele entenda o impacto na arrecadação que é proveniente de consumo e, principalmente, o aumento da arrecadação que é proveniente de inflação sobre consumo.

O que vocês trouxeram hoje, aqui – e eu já disse da outra vez e vocês não falam sobre isso, mas eu faço questão de vir aqui e falar –, foram números mostrando que tivemos um *superavit*, números mostrando que a nossa despesa com pessoal diminuiu dos anos imediatamente anteriores para cá, no qual estamos, que saímos de 49 para 43. Mas o que os senhores não fazem é falar sobre o impacto da arrecadação que é proveniente da inflação. [Transcrição: Luanna Kellen Gonçalves Lodi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]

Para quem está em casa e possa entender, o preço dos alimentos aumenta e como o governo cobra ICMS – que representa 86% do total que o Estado arrecada sobre o preço dos alimentos -, aumenta a gasolina, a energia, e o governo fica feliz da vida porque ele arrecada mais. Ele tira mais dinheiro do pagador de imposto catarinense. Então, como nós estamos em um período inflacionário, como a inflação foi alta, então o Estado também arrecadou muito mais.

Não foi mérito, com todo o respeito, Secretário, de vocês! Vocês não ajudaram o Estado a gastar menos no total. Está ali, no total vocês gastaram mais, vocês gastaram mais! O mérito, na verdade, e essa é a parte cruel e triste, é da inflação. E sabem quem paga o maior custo disso tudo? O senhor Jefferson sabe, o senhor Paulo Eli também, a Secretária Adjunta também sabe, sabem quem paga o maior custo disso tudo? O senhor



sabe (*questiona olhando em direção ao senhor Secretário Paulo Eli*), não é? É quem ganha menos, porque tem 60% a 70% da sua cesta de consumo comprometida com gasolina, energia elétrica e supermercado. Quem ganha até R\$ 1.900,00 compromete quase 15% da sua renda só com ICMS. Conforme o sujeito vai ganhando mais, o gasto com esses itens não aumenta proporcionalmente, ele começa a gastar mais com serviço, que aí não é do Estado, ele começa a conseguir poupar alguma coisa. Por isso quem ganha R\$ 6 mil gasta somente 7,5% da sua renda com ICMS.

Então, quando os senhores falam que o Estado está com uma arrecadação maior, em outras palavras o senhor está dizendo: tiramos mais dinheiro da dona Maria, do seu José, daqueles que ganham menos. É isso o que o senhor está dizendo. Quando o senhor aqui se vangloria de uma situação fiscal favorável, que não é proveniente de cortes de custos e gastos, o senhor está dizendo: estamos bem porque tiramos mais dinheiro do porteiro, da diarista, do motorista de ônibus. É dessas pessoas que o senhor está tirando dinheiro.

É importante que esta Casa tenha ciência do que, de fato, significam as palavras.

E o senhor ainda complementa, senhor Paulo Eli - eu gosto de anotar as suas falas, porque o senhor às vezes solta umas pérolas que valem a pena ser anotadas para a posteridade -, dizendo que precisamos de novas receitas para financiar a Previdência. Deus me livre! Deus me livre! O senhor falando isso, eu já vejo o senhor dizendo: precisamos de mais impostos sobre a dona Maria e sobre o seu José.

O senhor também falou que as contas do Estado tendem a chegar num equilíbrio conforme a economia cresça. Paulo Eli, eu já lhe falei uma vez e vou repetir, a economia tem que crescer pela prosperidade do indivíduo e não para a prosperidade do Estado. Essa mentalidade é que faz vocês estarem ano a ano, mês a mês, aumentando o imposto sobre a sociedade. Essa mentalidade significa, em outras palavras, que vocês acreditam que a sociedade deva carregar o piano que vocês colocam e quantos pianos vocês colocam! Nós temos que mudar isso. Vocês têm que começar a imaginar uma hipótese de equilibrar as contas do Estado via despesa. Isso vocês não fazem. Vocês vão vir com alguns exemplos de corte de papel, de renegociação de um ou outro negócio, mas os números estão aí, aumentou o gasto total, aumentou a despesa pública. Esse é o único governo estadual, é o único governo que eu vejo dizer que economizou, mas aumentou a despesa. É o único! É o único! Os senhores não têm mérito no equilíbrio fiscal que nós estamos chegando. Não, pelo contrário, inclusive têm prejudicado esse equilíbrio fiscal.

Nasceu na Secretaria dos senhores um projeto de lei que mudou sem concurso público diversos cargos, inclusive dentro da Secretaria dos senhores. E os senhores alegaram para estes Deputados aqui - eu votei contrário - que não haveria impacto nessa mudança. Sabe o que eu fiz hoje? Eu peguei pessoas que mudaram de posto por conta daquela lei aprovada aqui, quando alegaram para os Deputados que não haveria impacto. Eu peguei três exemplos aqui, não vou citar o nome em respeito, para os senhores verem o que a Secretaria da Fazenda fez.

Primeiro exemplo: o sujeito ganhava R\$ 21.374,00 e depois da lei começou a ganhar R\$ 28.000,00 nessa mudança de cargo, que segundo eles era só nomenclatura. O segundo exemplo: a pessoa ganhava R\$ 21.984,00 e foi para R\$ 28.631,00, pela mudança de um cargo que não teria impacto. Terceiro exemplo: a pessoa ganhava R\$ 19.000,00 e foi para R\$ 25.700,00. Essa é a contribuição que os senhores estão dando para as contas do Estado? Não, senhores, desculpem, os senhores não estão dando contribuição nenhuma para o ajuste fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, para a conclusão, por gentileza.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Por isso eu pergunto se os senhores já têm algum plano para o futuro de mudança dessa mentalidade de sempre cobrar mais da dona Maria, do seu José ou os senhores vão continuar insistindo em aumentar impostos?

Digo isso porque o Paulo Eli, numa reunião na semana passada, falou que não iria medir esforços para aumentar os impostos sobre uma categoria. E eu quero responder que eu não vou medir esforços para impedir.

Então eu gostaria de saber se os senhores têm algum planejamento que não envolva aumento de imposto para equilibrar e novas receitas, novas fontes de receitas, como fala o Secretário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Secretário Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deputado Bruno, eu gostaria de receber uma contribuição sua de como nós faríamos o equilíbrio da sociedade e o equilíbrio das contas públicas. Eu gostaria de receber uma contribuição sua.

Todos os Estados... a sociedade não é uma sociedade anarquista. Eu sei que o senhor defende uma sociedade anarquista. Nós temos governo, nós temos sociedade, nós temos Estado, nós temos toda uma questão que envolve o bem comum e o bem da sociedade.

Eu gostaria de ouvir uma sugestão sua de como nós vamos manter os hospitais, de como nós vamos manter as escolas, de como nós vamos manter a segurança pública, de como nós vamos manter as estradas funcionando, de como nós vamos manter... Ah, inclusive a Assembleia Legislativa, porque num Estado anarquista não existe nem Assembleia Legislativa, não é, não se tem o poder nem de legislar, porque um ditador é que define as regras, né?

Então, Deputado Bruno, eu gostaria de ouvir, eu gostaria que o senhor nos apresentasse essa solução ideal e gostaria que o senhor aplicasse também no Estado de Minas Gerais, que deve estar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Adoraria! Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, Deputado Bruno, por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Ele me fez uma pergunta, eu quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, por gentileza, não vamos polemizar. Vamos dar oportunidade a outros Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras Deputadas e senhores Deputados, algum outro Deputado deseja se manifestar?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Eu quero me incluir aí nesse convite que o senhor fez ao Deputado Bruno Souza para ajudar a apresentar algumas soluções, sim.

E perguntar se o senhor tem ideia do que é Estado anarquista?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, eu quero me ater exclusivamente ao tema da audiência de hoje, que é o último quadrimestre.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Esse é o tema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, não. Deputado Sargento Lima, por gentileza, atenha-se ao tema.

(O senhor Deputado Bruno Souza manifesta-se fora do microfone: “Mas foi ele que...”)

Deputado Bruno, o senhor também falou o que desejou falar e ele escutou; ele falou o que desejou falar e o senhor escutou. Não vamos agora descambar a reunião.

Com a palavra a Deputada Marlene Fengler.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Na verdade eu só queria saber: hoje, na composição do ICMS, quais são os itens que mais impactam nessa composição?

(O senhor Deputado Bruno Souza manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – O ICMS é um produto que incide sobre toda a cadeia produtiva e toda a cadeia de consumo, exceto os serviços que têm uma lei especial e exceto o serviço de comunicação, porque o serviço de transporte está no ICMS.

Os maiores itens de arrecadação do Estado de Santa Catarina são basicamente combustíveis, energia elétrica e cerveja. São os maiores itens que nós temos, bebidas alcoólicas e bebidas que causam danos à saúde. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

A nossa economia é muito diversificada. A lei complementar publicada na sexta-feira pelo Presidente Bolsonaro unificou a tributação dos combustíveis em nível nacional, e como Santa Catarina é o Estado que tem as menores alíquotas, estamos tendo um problema, porque nós vamos ter que judicializar para não aumentar as alíquotas aqui no Estado. Por exemplo, o Rio de Janeiro cobra 34% pela gasolina, Santa Catarina 25%, há Estados que cobram 18% do diesel e Santa Catarina cobra 12%, só que a lei que foi publicada na sexta-feira define alíquota única. Como é que nós vamos fazer? Nós vamos fazer pelo piso, pela média ou pela máxima? Então essa é uma discussão que os Estados estão tendo agora.

Santa Catarina não quer aumentar as alíquotas e nós vamos trabalhar para que... talvez nós tenhamos que judicializar para não ter que aumentar a alíquota da gasolina e a alíquota do diesel, isso em função de que as leis são aprovadas sem muita discussão e sem entrar muito no mundo real das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o senhor Deputado Fernando Krelling.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Secretário, rapidamente vou fazer umas colocações. Primeiro eu quero parabenizar o Secretário Paulo Eli, a Michele e toda a equipe. A partir do momento que você consegue fugir de uma capacidade de pagamento de nível C para estarmos próximos do A, já é um avanço significativo e importante. Nós temos que valorizar isso, principalmente na busca de recursos e financiamentos futuros para o Estado.

Preocupa-me um pouco no *slide* apresentado a questão dos nossos investimentos, do total de despesas executadas na questão da segurança pública, administração prisional e socioeducativa. Se nós continuarmos nesse ritmo – e o Secretário Paulo Eli falou que isso vai avançar ainda, existirão mais despesas a partir do momento que tiver a inauguração de novas penitenciárias, novos presídios –, vai chegar



num momento que a gente não vai mais ter capacidade, e isso me preocupa. Nós temos que inverter um pouquinho. Hoje todos os gestores públicos, sejam estaduais ou municipais, acabam agindo por demanda e não se preocupando com a prevenção. Se nós não trabalharmos a prevenção... investimento um pouco menor na prevenção, um preso deve custar R\$ 4 mil por mês, R\$ 3.500,00 por mês, uma criança em contraturno escolar custa bem menos.

Então, se a gente não conseguir fazer investimentos... Eu não estou falando da educação, na educação nós estamos tendo investimentos importantes, os resultados estão aí, os números estão aparecendo e as obras estão aparecendo, mas se a gente não conseguir fazer investimentos em políticas públicas voltadas à prevenção, daqui a um ano o senhor estará aqui apresentando a necessidade de R\$ 5 bilhões, R\$ 6 bilhões, R\$ 7 bilhões e assim por diante, sempre vai aumentar mais.

Então eu acho que temos que inverter a política pública apresentada para isso, porque nós aqui não daremos conta, o pagador de impostos não dará conta de pagar para o cara que está lá preso.

Outra coisa que também me preocupa um pouquinho é o futuro. Um questionamento que eu faço à senhora Michele, ao Secretário Paulo Eli: se tiver qualquer alteração no preço dos combustíveis em nível nacional, que influencia diretamente no Estado, arrecadação de 25%, nós teremos fôlego para colocar em prática todos esses projetos e programas apresentados pelo governo do Estado? Sabemos que 25% em cima de R\$ 7,00 é uma coisa, 25% em cima de R\$ 4,00 é outra.

Nós teremos fôlego suficiente para equilibrar isso? Conseguiremos colocar em prática para os Prefeitos e para os Municípios essas políticas públicas apresentadas ou teremos dificuldades?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Vou responder pela primeira colocação.

Os senhores sabem que a questão do sistema prisional é um resíduo da sociedade em função de escola e combate à pobreza. Nós vamos reduzir o nível de pessoas encarceradas com melhores escolas, com uma política educacional, com uma profissionalização e com os programas de combate à pobreza. Nisso nós temos que avançar muito.

Hoje nós temos... por que nós criamos o programa Bolsa Estudante para o Ensino Médio? Para manter o guri na escola, porque hoje ele ganha mais traficando, o tráfico é um concorrente do Estado em relação às políticas públicas, e por isso nós temos que avançar muito nisso. Eu só vejo, a longo prazo, a redução do encarceramento com políticas públicas de escola, de educação e de combate à pobreza.

Com relação à perspectiva do Estado quanto aos combustíveis, hoje o diesel e a gasolina se equiparam em função do aumento de preço da Petrobrás, que está privilegiando o pagamento dos acionistas e destruindo toda a economia brasileira. Os vários acionistas da Petrobrás são os fundos de pensão, que estão quase todos quebrados em função do *deficit* da Previdência deles também, e o ICMS do diesel calculado na metodologia anterior é sobre 12% de R\$ 4,55, é o que a Petrobrás nos paga – e agora tem essa confusão gerada pela Lei Complementar 192 –, só que o diesel está sendo vendido a R\$ 7,00 no posto.

Então aqui nós temos também a Lei de Gerson, que é a que está valendo hoje. A Petrobrás querendo pagar os seus acionistas e essa confusão do preço dos postos. A gasolina também está R\$ 7,00, mas só que o cálculo da gasolina está sendo feito sobre R\$ 5,62.

Essa confusão toda vai gerar... A arrecadação que a gente tem hoje é sobre R\$ 4,55 e R\$ 5,62, então não é o preço que está praticado no posto em função da mudança



da Lei Complementar 192. Mas o Estado tem segurança, nós temos um colchão para uma eventualidade, e todas as políticas públicas estão garantidas para este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, continua livre a palavra.

(Pausa.)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença de todos e encerramos esta audiência pública.
[*Transcrição e revisão: Grazielle da Silva / Leitura final: taquígrafa Dulce M. da Costa Faria*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE**